

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## SITUANDO A POLÍTICA DE INCLUSÃO PARA O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL (PROUNI) NO ÂMBITO DA PESQUISA AVALIATIVA

Virgínia de Fátima Morais Ratiel de Souza<sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo a reflexão sobre os possíveis impactos do Programa Universidade para Todos (PROUNI) a partir da literatura sobre o tema, levando em consideração a importância de políticas públicas educacionais que promovem o acesso ao ensino superior à população mais pobre da sociedade brasileira. Assim, são destacadas considerações acerca da relevância da pesquisa avaliativa de política e programa social na modalidade impacto, bem como, o desenvolvimento social e econômico do país através do acesso à educação. O artigo tem embasamento na pesquisa bibliográfica, sendo analisada a partir do método materialismo histórico dialético, pois, é necessária uma análise na perspectiva de uma totalidade da realidade social. Depreende-se que o PROUNI tem um papel fundamental para que seja efetivado o direito à educação universitária e a inclusão social, ampliando a qualidade e oportunidades para pessoas que possuem baixo poder aquisitivo.

**Palavras-chave:** PROUNI. Educação Superior. Pesquisa avaliativa.

### ABSTRACT

This paper aims to reflect on the possible impacts of the Universidade para Todos Program (PROUNI) based on the literature on the subject, taking into account the importance of public educational policies that promote access to higher education for the poorest population in Brazilian society. Thus, considerations about the relevance of evaluative research in the form of impact of social policy and program are highlighted, as well as the social and economic development of the country through access to education. The article is based on bibliographic research, being analyzed from the dialectical historical materialism method, because an analysis is necessary from the perspective of a totality of social reality. It appears that PROUNI has a fundamental role in making the right to university education and social inclusion effective, expanding quality and opportunities for people with low purchasing power.

**Keywords:** PROUNI. College Education. Evaluative Research.

<sup>1</sup>Mestranda em Políticas Públicas pela UFMA. Bolsista FAPENMA. Email: ratiel1@hotmail.com.



## 1 INTRODUÇÃO

Um dos mecanismos de inclusão social utilizados pelo Estado são as políticas públicas de ações afirmativas. De acordo com Santos (1999) estas são medidas especiais e temporárias, executadas ou estabelecidas pelo Estado, de forma espontânea ou obrigatória, visando eliminar desigualdades acumuladas ao longo da história, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, como também compensar perdas acarretadas pela discriminação e marginalização, provenientes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. A promoção de políticas públicas de ações afirmativas no âmbito educacional contribui para uma sociedade mais inclusiva, além disso, no desenvolvimento social e econômico.

A educação é uma prática social (como a saúde pública, a comunicação social, o serviço militar) cujo fim é o desenvolvimento do que na pessoa humana pode ser aprendido entre os tipos de saber existentes em uma cultura, para a formação de tipos de sujeitos, de acordo com as necessidades e exigências de sua sociedade, em um momento da história de seu próprio desenvolvimento (BRANDÃO, 2007, p. 73-74).

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) é um exemplo de política de ação afirmativa que proporciona acesso as camadas mais pobres ao ensino superior, mediante a concessão de bolsas de estudo em instituições privadas. O impacto social segundo Zaffaroni (2007 apud FELICETTI, 2014) oriundo de programas semelhantes ao PROUNI, ocorre quando a Instituição de Ensino Superior (IES) recebe alunos das camadas mais desfavorecidas e de certa forma assume responsabilidade para com eles, pois oferta o mesmo nível de conhecimento para todos os alunos.

O objetivo deste trabalho é evidenciar a importância dos possíveis impactos gerados no desenvolvimento social e econômico provenientes do PROUNI, a partir da literatura sobre o assunto. Neste sentido, a promoção desta política pública educacional amplia o acesso ao ensino superior à população de baixa renda. O texto também traz considerações e análise no que se refere o impacto enquanto modalidade de avaliação de política e programa social.

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa, embasamento na pesquisa

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



bibliográfica. O método de análise adotado foi o materialismo histórico dialético, pois é necessário para melhor compreensão, uma análise na perspectiva de uma totalidade da realidade social.

## 2 PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI

Os jesuítas foram os grandes responsáveis em construir e estruturar o primeiro sistema de ensino no Brasil, quando vieram em 1549, com o governador geral Tomé de Sousa. Os jesuítas tiveram grande influência na educação brasileira, uma vez que suas principais funções, quando chegaram, era evangelizar, catequizar e tornar cristãos os indígenas que habitavam estas terras (RODRIGUES et al, 2015).

A evolução do Ensino no Brasil tem seu início no Brasil Colônia, onde se tinha como base a mão de obra escrava, as famílias eram patriarcais e altamente aristocráticas. A educação neste período tem o papel de organização social e 18 cultural que foi importado da metrópole Portugal. Neste período é característico a dominação europeia sobre os nativos. O ato de D. João III determina a vinda dos padres jesuítas Padre Manoel da Nobrega como superior e mais três companheiros em 1549. E fundam a primeira escola jesuíta no Brasil em 1553, o Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente, que no início era um orfanato. As matérias lecionadas eram Catecismo, Leitura, Escrita e Cálculo. Material didático não existia (CAMARGOS, 2018, p.130).

De acordo com Arantes e Waitz (2009) os padres foram os responsáveis por ministrar, educação elementar para a população indígena e branca em geral, salvo as mulheres. A educação média para os homens da classe dominante, parte da qual continuou nos Colégios, preparando-se para o ingresso na vida sacerdotal e educação superior religiosa. A parte da população escolar que não seguia a carreira eclesiástica, encaminhava-se à Europa, a fim de completar os estudos, principalmente na Universidade de Coimbra, de onde deviam voltar letrados.

Conforme Piana (2009) por meio da formação da estrutura social em que é inexistente uma política educacional de caráter estatal, pois a colônia tinha um sistema educacional de elite e não havia interesse em ampliar a escolarização. Dessa forma, entende-se que desde o princípio, o sistema educacional é organizado e estruturado de forma excludente e seletiva.

PROMOÇÃO

APOIO





PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Segundo Minto (2012) a educação superior surgiu tardiamente no país, haja vista que as primeiras instituições de ensino datam do início do século XIX, com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, e também as universidades foram criadas somente no século XX, consolidando-se a partir de 1920. De acordo com Souza (1996) os cursos de Ensino Superior foram criados para atender, predominantemente, as necessidades do Estado, na formação dos seus burocratas, formação de especialistas para a produção de bens de consumo das classes dominantes e a formação de um quadro complementar de profissionais liberais. A primeira escola de ensino superior, segundo Coelho e Sá (2012), foi implantada no Brasil, no ano de 1808, na cidade de Salvador, no Terreiro de Jesus. Instalada no Hospital Real Militar, a Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB) precederia a vinda da família real portuguesa no mesmo ano.

A universidade deve ser vista como parte do sistema de ensino superior brasileiro. Este, quando comparado com os países da América Latina, é de origem recente. As primeiras escolas isoladas com um certo grau de sistematização surgem em 1808, na Bahia, com a vinda da família real portuguesa, num contexto socioeconômico internacional de quebra do pacto colonial entre as nações europeias. Tal modelo tem sua base no ensino superior francês e napoleônico (LEITE e MOROSINI, 1992, p.255-256).

Na década de 1920, foi marcada por mobilizações em prol da educação, o principal foi por não haver, ainda, um sistema organizado de educação pública, o que abriu espaço para propostas, como a defesa de uma escola pública, universal e gratuita. Neste sentido, tornou-se o estandarte de um dos movimentos mais importantes da época, conhecido pelo nome de Escola Nova. (DAVID et al, 2014). A partir da década de 1930, com o incremento da industrialização e urbanização, nesse ambiente de desenvolvimento e modernização, a educação institucionalizada teve seu papel extremamente revalorizado, uma vez que lhe competiam, então, tarefas importantes não só na formação cultural das pessoas, mas também na profissionalização dos trabalhadores nas indústrias e para os diversos serviços (SEVERINO, 2006).

Nos anos 1930, em termos de universidade, destaca-se a criação da Universidade de São Paulo (USP) e a da Universidade do Distrito Federal (UDF)



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



(FÁVERO, 2011). Após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, de acordo com Bittar e Bittar (2012), criou-se o Ministério da Educação e Saúde Pública. Durante o governo de Getúlio Vargas, em 1931, e um ano após a criação do Ministério da Educação, foram estabelecidas normas para a organização do ensino superior com a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851/31, vigente até 1961), que organizava o ensino superior no país permitindo as formas de universidades públicas e instituições privadas. As universidades poderiam ser mantidas pelo governo federal ou pelos estaduais, portanto, oficiais ou “livres”, mantidas por fundações ou associações particulares. O ensino continuava sendo pago nos estabelecimentos oficiais. Essa “matriz de origem” do ensino superior (universidade – instituto isolado; poder público – iniciativa privada) apresenta essas duas características importantes do sistema que são relevantes até hoje (BARREYRO, 2008).

O grande marco, em 1988 foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, que segundo Saviani (2010), incorporou várias das reivindicações referentes ao ensino superior. Consagrou a autonomia universitária, estabeleceu a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, garantiu a gratuidade nos estabelecimentos oficiais, assegurou o ingresso por concurso público e o regime jurídico único.

De acordo com Nunes (2018), o período de 1980 a 1990, devido a adoção dos princípios neoliberais, a universidade passou por um processo de heterogeneização através da massificação do acesso à educação superior, ampliação das IES e não universitárias; acentuação dos níveis de precarização e privatização das IES públicas; implementação de gestão pautados em padrões de eficiência; universidade prestado à comunidade. Neste contexto, surgiram novas modalidades de exploração deste serviço, como por exemplo, do ensino à distância (EAD), Decreto nº 5.622/2005; cursos sequenciais; utilização de recursos públicos para financiar a educação privada; o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), através do qual o Governo Federal ampara, financeiramente, os alunos que se inserem em instituições privadas, tendo como contrapartida o pagamento do empréstimo quando do encerramento do curso;



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

o Programa Universidade para Todos (PROUNI), Lei nº 11.096/2005, que garante isenção fiscal para o setor privado em troca de “vagas públicas” nas IES privadas – no mesmo instante em que há um corte de recursos dos orçamentos públicos para a universidade público.

Desde os mandatos de Fernando Henrique Cardoso até os do presidente Lula, o governo federal vem aprofundando a privatização da educação superior através de medidas como: autorização de abertura de novas instituições privadas de ensino superior, autorização para ampliação de cursos nas instituições já existentes; expansão do financiamento estudantil (FIES); criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI); estímulo à educação a distância e aos cursos pós-médios, com o intuito de atender a meta do PNE de oferta de educação superior ( MANCEBO & LÉDA, 2009).

Segundo Barcelos e Rodrigues (2017) em 2004, foi redigido o Projeto de Lei Nº 3.582, posteriormente sancionado que instituiu o PROUNI. O Programa foi visto, inicialmente, como instrumento do processo de democratização do Ensino Superior, tal programa tinha como finalidade a concessão de bolsas integrais e parciais para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. Em contrapartida, as entidades privadas gozam de isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o lucro Líquido (CSLL), Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) (CAZIANI et al, 2018).

De modo geral, o PROUNI, ao priorizar indistintamente vagas em IES privadas, pode estar favorecendo as instituições com fins lucrativos, uma vez que, em troca da adesão ao Programa, estas terão isenção de certos impostos e contribuições sociais. O mesmo não ocorre com as instituições sem fins lucrativos, que já gozavam e gozam de isenção fiscal garantida pela atual CF/1988 (Constituição Federal). Esse dispositivo poderá possibilitar, na prática, o repasse de recursos públicos a empresas privadas de educação o que fere o dispositivo constitucional de verbas públicas para as

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



instituições públicas, confessionais, comunitárias e filantrópicas (DOURADO, OLIVEIRA, SOUSA e VELOSO, 2005).

Por sua vez, o PROUNI tem o propósito de oferecer bolsas de estudos integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais a: estudantes egressos de escolas da rede pública de ensino; estudantes egressos de escolas da rede particular que foram bolsistas integrais; estudantes portadores de necessidades especiais e professores da rede pública de ensino em exercício efetivo do magistério da educação básica, integrantes de quadro de pessoal permanente de instituição pública. De modo geral, para concorrer às bolsas integrais, o candidato deveria comprovar renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até um salário mínimo e meio. Para as bolsas parciais, a renda familiar bruta mensal deveria ser de até três salários mínimos por pessoa (FILHOS, MATTOS e MOREIRA, 2019).

Com o acesso alcançado pelos universitários oriundos do PROUNI, surge uma nova realidade e, com ela, duas preocupações. A primeira está relacionada à situação socioeconômica desses estudantes, pois, a princípio, fazem parte do universo da população brasileira que dificilmente chegaria ao curso superior em razão de fatores econômicos, percalços e problemas nas trajetórias escolares. A segunda decorre da primeira, pois é preciso instituir processos mais democráticos que garantam não só o estímulo ao acesso, mas também à inserção, à permanência e à conclusão do curso superior (FARIA, 2012).

Um dos desafios dos bolsistas para se manterem no Ensino Superior refere-se a dificuldade econômica, levando em consideração que para ser contemplado com uma bolsa integral do PROUNI, o aluno precisa possuir uma renda familiar (por pessoa) de no máximo um salário mínimo e meio, os alunos não conseguem, muitas vezes, arcar com as despesas de transporte, materiais didáticos, fotocópias e alimentação, dificultando assim a permanência na universidade (ARIÑO e DELVAN, 2018). A conexão entre a situação financeira e a saúde mental, pode ser melhor exemplificada com a ocorrência da ideação suicida. A literatura aponta que a tendência à ideia de suicídio é maior entre os estudantes com problemas financeiros, além de maior propensão à depressão e ansiedade (LEAL, FOGAÇA, OLIVEIRA e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



RODRIGUES, 2009 apud PEREIRA; CARDOSO, 2015, p .29)

O PROUNI destina bolsas para políticas de ação afirmativa. Essa política afirmativa é um marco, que proporciona o aumento no acesso de pessoas menos favorecidas ao ensino superior no Brasil. Em especial para a população negra, simboliza uma grande oportunidade de obter um diploma de nível superior, que teve uma longa história de cerceamento educacional.

### 3 POSSÍVEIS IMPACTOS DO PROUNI PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL A PARTIR DA LITERATURA SOBRE O TEMA

A avaliação é um mecanismo básico do planejamento e que torna possível a tomada de decisões com resoluções mais pertinentes e fundamentadas. O processo de avaliação julga a partir de referências valorativas, que estão relacionadas a perspectiva ideológica e política. No processo avaliativo ocorre o confronto entre a realidade anterior ao que foi planejado e os objetivos e as metas que foram estabelecidas e conseguiram ser atingidas (NOGUEIRA, 2002).

A pesquisa avaliativa é uma aplicação sistêmica de procedimentos de pesquisa para acessar conceptualização, o desenho, a implementação e as utilidades de programas sociais de intervenção, de modo que os avaliadores se utilizam de metodologias de pesquisa social para julgar e aperfeiçoar, mediante as quais políticas e programas sociais são conduzidos desde o estágio inicial de sua definição, elaboração e implementação. Permite distinguir programas efetivos e ineficientes, bem como planejar, elaborar e desenvolver novos esforços que possam produzir, eficaz e efetivamente, impactos desejados sobre grupos e populações (Rossi & Freeman, 1993, p.5 apud Silva, 2008, p.113).

As políticas e programas sociais geram impactos, transformações que modificam o modo de viver de pessoas, grupos e populações, tendo por base os valores e o conhecimento da realidade. A pesquisa avaliativa destaca a relevância da análise crítica da política ou programa avaliado, os princípios e fundamentos teórico-conceituais da política o programa. É levado em consideração os sujeitos e os seus interesses que estão relacionados no processo, e opõe-se à concepção de neutralidade, logo, são percorridos diversos caminhos (SILVA, 2008).

PROMOÇÃO



APOIO







De acordo com Castro et al (2017) a avaliação de políticas públicas pode ser considerada como uma análise ponderada e sistemática do processo e frutos de uma política ou um programa, em confronto com um conjunto de padrões ocultos e explícitos, visando contribuir para o aprimoramento desse programa ou política. Nesse sentido, o procedimento de avaliação torna possível identificação de desperdícios dos recursos públicos. E também viabiliza informações que foram sistematizadas para melhor compreensão dos resultados, bem como, dos possíveis impactos da política.

Em relação a avaliação de impacto das políticas públicas, Castro (2017) define como uma análise que tem por objetivo detectar se foram alcançadas as metas estabelecidas do programa e se os efeitos são da intervenção executada. Porém, vale ressaltar que as avaliações de impacto podem ocorrer antes, durante ou depois de determinado programa, conforme o propósito e o fim a que se destina a avaliação.

A avaliação de impacto aponta para os resultados do projeto e, ainda, se aparecem, e em que medida, efeitos secundários que ultrapassam os previstos e não previstos. Olha para além do projeto e os seus resultados são utilizados para argumentações políticas ou técnicas para encerrar ou continuar um projeto. Os dois tipos de avaliação diferem-se, um olha para trás (de impacto) e o outro olha para frente (de processo) (NOGUEIRA, 2002, p.147)

Como foi citado anteriormente, a avaliação de impacto destaca os resultados. Em relação ao PROUNI existem diversos estudos realizados pesquisas avaliativas utilizando impacto como modalidade de avaliação de política e programa social. A seguir serão destacados os possíveis impactos do PROUNI a partir da literatura sobre o tema. Segundo Cabral (2013) a ampliação do acesso à educação superior, principalmente para as camadas de baixo poder aquisitivo, vem sendo foco das políticas educacionais nas últimas 2 décadas, devido ser necessário a mão de obra para atuar no mercado de âmbito trabalhista em expansão e mudanças constantes, bem como, pelas exigências de cunho internacional, as quais visam o incremento do nível de escolaridade da população irá causar impacto na elevação do índice de desenvolvimento humano de uma nação. Nesse sentido, fica evidente a importância da qualificação de mão de obra para movimentar a economia e desenvolvimento social.

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Becker e Mendonça (2019) destacam o efeito do tratamento quantílico do PROUNI nas notas dos alunos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) entre 2015 e 2017. Os resultados obtidos identificaram que o impacto foi positivo durante toda a distribuição de notas, com destaque para os estudantes que receberam a bolsa na modalidade integral. Em relação aos que declaram renda familiar de até 3 salários mínimos, houve grande impacto também, nessa perspectiva reforça a ideia de que é essencial direcionar os recursos da política em alunos menos abastados e dar prioridade para os que possuem maiores restrições no que tange ao orçamento. Outro destaque positivo foi para os alunos com matrículas em instituições com conceito de qualidade 4 e 5. Dessa forma, o estudo confirma que políticas de ajuda financeira aos alunos das camadas de baixo poder aquisitivo são capazes de articular inclusão e qualidade no ensino superior.

No ano de 2017, do total de IES existentes, cerca de 29% destas pertencem a rede Pública de ensino, e 71% estão relacionadas a rede privada. Tais dados comprovam o grau de importância das instituições privadas no aumento do acesso da população ao ensino superior no Brasil no período atual. Em nível estadual é possível visualizar a alta concentração de alunos matriculados nos estados da região sudeste com destaque para São Paulo com cerca de 2 milhões de alunos matriculados, seguido por Minas Gerais com aproximadamente 850 mil alunos e Rio de Janeiro com 712 mil alunos. Por outro lado, os estados de Roraima, Acre, Amapá, Tocantins e Rondônia, todos pertencentes a região Norte, são os estados que apresentam um número mais reduzido de alunos matriculados (CERQUEIRA,2019, p.27).

De acordo com Cerqueira (2019) a Renúncia Fiscal governamental e incentivos fiscais concedidos através do PROUNI representou um acordo entre o governo federal e as IES particulares em todo o Brasil. Conforme a lei 11.096/2005, a instituição particular participante do PROUNI tem isenção, no período de duração do acordo, do pagamento do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ); da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Sendo assim, o impacto no âmbito fiscal é que o governo renuncia parte de sua receita tributária, principalmente aquelas relacionadas ao financiamento da seguridade social,

PROMOÇÃO



APOIO





com o intuito de fomentar o aumento do índice de alunos ingressarem no ensino superior.

Por motivo dos incentivos fiscais ofertados, muitas instituições aderiram ao programa e, por consequência, aumentou o número de bolsas ofertadas aos alunos anualmente, com a ampliação geográfica e a relevância como programa de acesso ao ensino superior. O autor ainda ressalta que em 2005, no primeiro ano do programa, o valor da renúncia fiscal foi estimado pela Receita Federal no valor de 353,8 milhões de reais em valores atuais. Ao longo dos anos, com a expansão do programa e o aumento no número de bolsistas, a renúncia fiscal estipulada chegou a 1.454 milhões de reais no ano de 2014.

Figueiredo (2016) traz dados referente ao período de 2000 a 2008 que expressam de forma clara o domínio das instituições privadas no que diz respeito ao oferecimento de vagas, enquanto que as vagas no âmbito público são reduzidas anualmente, dessa forma fica evidente que o investimento do orçamento público nas IES sempre foi muito reduzido, porém com a criação do PROUNI, a preocupação com o setor público decresceu ainda mais. Nesse sentido compreende-se que aconteceu uma transferência de responsabilidade do governo ao investir menos ainda com as IES públicas e ofertar incentivos fiscais para as IES particulares com o PROUNI. Essa situação estimula a expansão do setor ainda mais, em detrimento do patrimônio público.

A partir da avaliação do PROUNI foi identificado:

um aumento de estudantes independentes de classe social, com bolsas parciais ou integrais, egressos para o ensino superior. Com o avanço para as classes baixas, essa oportunidade traz um aumento de capital social para o aluno, trazendo benefícios para a sua formação. Como afirma Bourdieu (1998, p.18), a chegada ao Ensino Superior, considerada aqui como uma trajetória de “sucesso escolar” por meio de uma política pública de ação afirmativa poderá aumentar o capital social do indivíduo (MENDES; MULIN, 2017, p.10)

Assim, o acesso à educação superior baseada nas necessidades de maior qualificação no momento de pleitear uma vaga de emprego e de melhor salário no mercado de trabalho, contribui fortemente para o desenvolvimento sustentável e a



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



melhoria da sociedade em geral, ao formar profissionais qualificados e competentes para atender as demandas nos diversos setores de atividades humanas e laborais, bem como disseminando o conhecimento para as futuras gerações.

## 4 CONCLUSÃO

Na sociedade em que vivemos são visíveis os resquícios do período colonial escravagista no Brasil, pois ainda são notórias as desigualdades sociais e econômicas. Devido a isso, nos últimos anos foram adotadas diversas políticas de ações afirmativas, como um instrumento para reduzir as desigualdades presentes na realidade da sociedade. A renúncia fiscal é uma ótima forma de garantir que a utilização de recursos públicos em políticas sociais como a educação, principalmente em ações executadas direcionadas para a garantia do direito a educação, garantido pela Constituição Federal. Entretanto, devem ser utilizados recursos públicos também no âmbito das IES públicas, para aumento das ofertas de vagas.

O PROUNI é uma das políticas de ações afirmativas que foi implementada visando reduzir as desigualdades socioeconômicas, isto é, inclusão social através da ampliação do acesso à educação superior para as camadas da população de baixa renda. O programa oferta oportunidades de bolsas de estudos em parceria com as IES, porém, para que haja êxito é necessário que todos os envolvidos cumpram da melhor forma possível o propósito que foi criado o Programa.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini. **Educação à distância no Brasil: diretrizes políticas, fundamentos e práticas.** 6 Congresso Iberoamericano, 4 Simposio Internacional de Informática Educativa, 7 Taller Internacional de Software Educativo [Arquivo de ordenador]: IE-2002: Vigo, 20, 21, 22 ..., 2002.
- ARANTES, Magda Patrícia C.; WAITZ, Inês Regina. **Educação superior no brasil: um olhar sobre as origens.** Anuário da Produção Acadêmica Docente, v.3, n.5, p. 229-239.2009. Disponível em: <https://repositorio.pgsskroton.com>.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

ARIÑO, Daniela Ornellas; DELVAN, Josiane da Silva. **As trajetórias dos acadêmicos bolsistas do prouni: desafios e estratégias de enfrentamento.** Revista Psicologia em Pesquisa. Juiz de Fora. p.1-10, maio- agosto, 2018.

BARREYRO, Gladys Beatriz. **Mapa do Ensino Superior.** -Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

BECKER, Kalinca Léia. MENDONÇA, Mário Jorge. **Avaliação de impacto do Prouni sobre a performance acadêmica dos estudantes.** IPEA. Brasília, outubro - 2019.

BERTOLIN, Julio Cesar Godoy. **Avaliação da qualidade do sistema de educação superior brasileiros em tempos de mercantilização período de 1994 a 2003.** p.1-282. 2007. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br>.

BITTAR, Marisa; BITTAR Mariluce. **História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade.** Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, Jul-Dec. 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 2007. Ed. 49ª. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/cee8>. Acesso em 10 de abril de 2023.

BARCELOS, Márcio; RODRIGUES, Marcio Silva. **Concepções de política pública e práticas discursivas: Uma análise sobre as políticas para a Educação Superior nos Governos Lula (2003-2010).** Archivos Analíticos de Políticas Educativas 25, 1-23, 2017.

CABRAL, Elaine de Almeida. **PROUNI e avaliação: uma discussão sobre financiamento, acesso e qualidade na educação superior.** PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA. Juiz de Fora, 2013.

CAMARGOS, Ailton. **Educação no Brasil: da colônia ao início da república.** Revista Brasileira de Educação e Cultura, n.17, p.129-139. 2018. Disponível em: <http://periodicos.cesg.edu.br>. Acesso em: 08 de abril de 2023.

CASTRO. Franciele Michele et al. **O impacto do Prouni e do Fies no desempenho acadêmico,** 2017.

CERQUEIRA, Henrique Coutinho. **Uma análise acerca dos impactos do Prouni sobre a desigualdade de renda e o crescimento econômico /-** Brasília: IPEA, 2019.

CHAVES, Vera Lucia Jacob. **Expansão da privatização/ mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação de oligopólios.** Revista Educação e sociedade, Campinas, v.31, n.111, p. 481-500, abr.-jun.2010

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

DAVID, Ellen Adriana; MOIANA, Murilo; MELO, Gislene; SOARES, Magda. **Aspectos da evolução da educação brasileira**. Revista Eletrônica de Educação da Faculdade Araguaia, v.5, n.5, p.184-200.2014.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; SOUSA, Ana Maria Gonçalves de; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. **A reforma da Educação Superior e os mecanismos de parceria público-privada**. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 323-348, jul./dez. 2005.

FARIA, Eni de. **Acesso, permanência, inserção e conclusão do curso superior: construção dos percursos formativos dos universitários bolsistas do PROUNI**. XVI Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, ENDIPE - 23 a 26 de julho de 2012, FE/UNICAMP, Campinas.

FIGUEIREDO, Fernanda Abreu de Moraes. **Avaliação do Prouni e seus impactos para as universidades públicas e particulares**. Research, Society and Development, vol. 2, núm. 1, 2016.

FILHO, Jose Maria Dias; MATTOS, José Eduardo; MOREIRA, Nayara Batista. **Impactos do prouni e do fies no desempenho econômico-financeiro das empresas do segmento de serviços educacionais listadas na B3**. Revista UNIABEU, v.12, n.31, maio-agosto, 2019.

LEAL, Kamila Soares et. al. **Desafios enfrentados na universidade pública e a saúde mental dos estudantes**. Humanidades & Inovação 6 (8), 59-69, 2019.

LEITE, Denise; MOROSINI, Marília. **Universidade no Brasil: a Idéia e a Prática**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v.73, n.174, p.242-254, maio/ago.1992.

MENDES, Gabriela Mesquita. MULIN, Heloise de Pinho. **Avaliação e Desempenho do Programa Universidade para Todos (PROUNI)**. Universidade Federal Fluminense, 2017.

MINTO, Lalo Watanabe. **A educação superior na particularidade do capitalismo brasileiro: sentido histórico e questões para os movimentos sociais**. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil", Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa, jul/dez.2012.

NUNES, Letícia Soares. **Os desafios à educação superior na conjuntura brasileira**. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.v.16, n.1, p. 1-14, 2018

FELICETTI, Vera-Lucia et al. **Aluno ProUni: impacto na instituição de educação superior e na sociedade**. Revista Iberoamericana de Educación Superior, v.13, n.5, 2014.

PROMOÇÃO

APOIO





GESSINGER, Rosana Maria; PÉTRO, Caroline da Silva; SOUZA, Clair Teresina de. **Estudo sobre evasão no ensino superior nos últimos dez anos.** Congresso CLABES II, Porto Alegre, 2012.

GISI, Maria Lourdes; PEGORINI, Diana Gurgel. **As políticas de acesso e permanência na educação superior: a busca da igualdade de resultados.** Revista On line de Política e Gestão Educacional. V. 20, n.1, p. 21-37, jan-abr, 2006.

MAIA, Marta de Campos. **Educação a Distância.** v.6, n.5, p.56-60, set./out. 2007.

NOGUEIRA, V. Maria Ribeiro. **Avaliação e monitoramento de Políticas e Programas Sociais: revendo conceitos básicos.** In: Katálysis. Florianópolis/SC, EDUFSC, v. 5, n. 2 Jul/dez 2002, p.141-152.

NUNES, Letícia Soares. **Os desafios à educação superior na conjuntura brasileira.** Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.v. 16, n.1, p. 1-14, 2018.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

RODRIGUES, Bruna Thais et al. **História da educação brasileira.** Educere - Revista da Educação, v. 15, n. 2, p. 279-293, jul./dez. 2015.

SANTOS, Sales Augusto dos. **Ação afirmativa ou a utopia possível.** In: OLIVEIRA, Dijaci David de et. al. 50 anos depois: relações raciais e grupos socialmente segregados. Brasília: Movimento Nacional de Direitos Humanos, 1999b. p. 37-51.

SAVIANI, Dermeval. **A expansão do ensino superior no brasil: mudanças e continuidades.** Revista Poiesis Pedagógica, v.8, n.2, p.4-17, ago/dez.2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Fundamentos ético-políticos da educação no Brasil de hoje.** p. 289-320. 2006.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Avaliação de Políticas e Programas Sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico-metodológico da pesquisa avaliativa.** Pesquisa Avaliativa: aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras, 2008. p. 89-178.

SOUZA, José Geraldo de. **Evolução histórica da universidade brasileira: abordagens preliminares.** Revista da Faculdade de Educação, PUCCAMP, Campinas, v. 1, n.1, p. 42-58, agosto.1996.

ZATT, Vicente. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire.** Ponto Alegre: EDIPUCRS, 2007.